

A universidade e a identidade da condição estudantil: um estudo sobre a situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida dos estudantes da USP *

Sedi HIRANO**
Norberto ABREU E SILVA NETO***
Maria Célia PAOLI****
Myrian MATSUO e Rubem BELTRÃO*****
Adilson BRITES*****

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa tem por objetivo estudar o significado social, econômico e político que o espaço universitário (Universidade de São Paulo) assume para seus estudantes. Trata-se de saber não só sob quais condições sociais a universidade é vivida, como sobretudo entender de que modo as muitas relações e propostas que perpassam seu espaço podem chegar a ser um campo simbólico referencial de experiência de vida para seus estudantes. Parte-se, portanto, do pressuposto de que o espaço universitário não tem uma só significação, pois é indissociável das várias representações de sua imagem, e que a experiência que se tem dele pode gerar diferentes perspectivas e interpretações. Por sua vez, esta experiência do espaço universitário está necessariamente imbricada com outras esferas de sociabilidade dos estudantes (tais como a família, o trabalho, o lazer) e com identidades diferencialmente constituídas (tais como as representações sobre a geração a que pertencem, a relação com o próprio corpo, a sexualidade e a afetividade, as expectativas de profissionalização, a experiência de saber, a relação com a política). Nesses termos, a questão ampla que orienta este projeto de pesquisa é a de saber em que medida a universidade, como espaço e como tempo de vivências individuais e coletivas, pode ser um lugar de ancoragem de representações e de investimentos simbólicos, culturais e psicológicos e quais são eles.

- * Projeto do CAJU – Centro “Alexandre Vanucchi Leme” de Estudos de Juventude – USP (1986-1987). Apoio COSEAS-USP.
- ** Docente da USP, Departamento de Sociologia. Presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo. Consultor técnico e científico do IMESC.
- *** Docente do Instituto de Psicologia da USP.
- **** Docente do Departamento de Sociologia da USP.
- ***** Psicólogos e discentes do Departamento de Ciências Sociais da USP.
- ***** Discente do Instituto de Física da USP.

1. JUSTIFICATIVAS

Pela forma de anunciar o tema de pesquisa, percebe-se que este projeto está longe de compartilhar de algumas certezas que um dia informaram a representação social da condição estudantil universitária. Esta representação, formada na década de 60, articulava a figura social do estudante universitário com seu movimento político, e este era a instância que propunha o interesse social que o estudante suscitava. Não por acaso, certamente: o movimento estudantil foi, naquela década, a força social mais inovadora e a que melhor expressou a crise ideológica e política da sociedade brasileira, seguindo o que acontecia em outros países. Por sua vez, a universidade brasileira foi tomada visível publicamente através desse movimento; adquiriu a feição de um campo político onde diferentes concepções e projetos eram gestados para a transformação da sociedade. Como instituição, a universidade viu romper-se a sua tradicional relação elitista com a cultura e foi proclamada pelo movimento estudantil como uma das instâncias de luta por onde as radicais desigualdades de uma sociedade atrasada poderiam ser modificadas. Neste sentido, a imaginação estudantil e a condição intelectual que a universidade acolhia vieram para primeiro plano. A universidade se viu às voltas com projetos de ortodoxia política entrando pelas suas formas de ensino e pesquisa, com propostas de subversão de hierarquia de saber tradicionais e com ataques às suas instâncias tradicionais de consagração intelectual. No centro do palco, emergia a figura social desse novo estudante formado pelo seu movimento e que foi entendido como figura constituída pela "crise da juventude", desejosa de uma ruptura social radical e portador de utopias de transformação social ampla.

Quase vinte anos depois de 1968, grande parte daqueles jovens estudantes se transformaram em profissionais da administração de uma sociedade ainda ingovernável, ou são professores de uma instituição cuja autonomia intelectual de organização (substantiva e administrativa) está perdida desde a reforma universitária de 1968. Vários deles se transformaram em tecnocratas do saber e burocratas do poder interno da universidade, submissos à hierarquia fragmentada da organização imposta à universidade e incapazes de formular uma política geral para as relações entre universidade e sociedade. PAOLI (30). Outros não se adaptaram nem à reforma, nem a qualquer outra coisa que tenha emergido no espaço universitário. São aqueles constituídos pela derrota daquilo que se chamou, em 1968, de "universidade crítica e que se compunha do 'engajamento radical'", nas palavras de Florestan FERNANDES (11): a busca de uma produção intelectual que confrontasse o poder dominante, encontrasse a luta de classes e fizesse "explodir o arcabouço de uma sociedade grávida de revolução". Assim, tendo a universidade entrado por caminhos absolutamente opostos a estes, a situação presente passa a ser vivida como a "anti-universidade". FERNANDES (12).

Por seu lado, os estudantes que afluem à universidade quase vinte anos depois são também diferentes, como o é a sociedade em que se encontram e a cidade em que vivem. Sobretudo são diferentes as formas políticas pelas quais podem se expressar, e o abandono do cenário político pode até ser pensado como uma delas. FERREIRA (13) e BELTRÃO (4). Há similitudes formais do movimento estudantil de hoje com aquele formado nos anos 60, como a tentativa de manter de pé o espaço político das entidades gerais de luta, as assembleias, passeatas e greves, a politização partidária do espaço universitário; mas, na

verdade, o movimento já se revela plural e pode supor tanto a centralização das formas de luta como a busca de novas formas de relacionamento crítico com o poder. BELTRÃO (5). O que importa ressaltar, aqui, é que não só os estudantes universitários de hoje não são mais uma figura única, como não aparecem mais através de seu movimento.

O que se percebe, no entanto, é a ausência de parâmetros para se pensar tanto a crise atual da universidade quanto a figura dos estudantes que a frequentam e que usufruem de seus espaços e serviços sociais. Nem mesmo a ampliação e modificação do movimento das universidades – hoje enriquecido pelas experiências associativas de docentes e funcionários, além do movimento estudantil – conseguiu tematizar esta crise de modo a construir uma identidade política, seja das suas práticas correntes e possíveis, seja da relação entre a universidade e a sociedade. Apesar de tematizarem desde as condições de trabalho acadêmico até a gestão dos órgãos decisórios da universidade, esses movimentos são difusos e inconstantes, e não raro se exprimem por uma fala modelar, que gira mais em torno de empecilhos estruturais para as mudanças desejadas do que pelo reconhecimento de práticas inovadoras que podem estar acontecendo em diferentes espaços da universidade. PAOLI (31).

Assim, o debate que se instala na universidade chega a constituir uma tematização da crise, mas também se fixa em uma interpretação retórica que não se abre para um mundo reconhecível pelos estudantes. Há inúmeros fatores que são apontados para explicar esta crise e que dão uma idéia da tematização de suas dificuldades: a sociabilidade hierarquizada entre seus componentes; o poder concentrado de suas decisões; sua impermeabilidade diante de coisas como a democratização da cultura, as novas tecnologias, as imposições difusas do meio urbano; a amplitude numérica do contingente populacional que a procura; o descompromisso com os desafios políticos da sociedade; a subordinação aos critérios suspeitos da eficiência e da racionalidade econômica e política da sociedade. Tais fatores são articulados, em diferentes idéias, em um debate descontínuo, que tem talvez mais a ver com o desejo de participação de estudantes, professores e funcionários do que com a capacidade de formular projetos que possam ter força própria de consenso, inovação e invenção. Ao invés disso, freqüentemente se remetem aqueles fatores ao velho projeto gestado e derrotado em 1968, de modo que as atuais dificuldades costumam ser pensadas como o seu negativo.

A relação crítica que estabelecemos com esta imagem não significa, evidentemente, que se vá ignorá-la. Seria vão, sob todos os pontos de vista, tentar fugir aos termos em que a interpretação clássica forjou a figura estudantil como figura social e política nos anos 60. Não só porque foi esta década que produziu a importância e o prestígio do espaço da universidade diante da sociedade, como também – e isto é essencial – nossa convicção é a de que não se produziu ainda sobre esta interpretação a crítica que ela exige. Desse modo, é a própria diferença entre a interpretação modelar e difusa sobre a universidade e seus estudantes de hoje e as formas muito diversas das práticas e experiências que se dão no espaço universitário que aprofunda a questão levantada neste projeto.

A mesma falta de idéias perpassa as iniciativas governamentais e da administração universitária na geração de políticas culturais e sociais dirigidas à população acadêmica. Aqui opera outro legado de 1968: a extrema centralização da Lei da Reforma Universitária, e

famosa lei 5.540, de novembro daquele ano. Como descreve um pesquisador da educação, "uma das estratégias básicas no processo de centralização de poder foi a retirada da competência dos que até então se propunham como sujeitos do processo educacional: professores e alunos. Do ponto de vista do governo, era necessário garantir, por todos os meios, a afirmação tácita e explícita da incompetência das pessoas como sujeitos sociais e políticos, reduzindo-os à condição de objetos de políticas sociais. A partir de então, se definiu que as idéias e propostas educacionais não podem estar nas mãos dos que trabalham na educação, mas estes sujeitos é que devem se enquadrar nas legislações, políticas, planos e programas... Procurou-se definir que aquilo que os professores e alunos devem realizar depende não de suas iniciativas, mas depende do conhecimento que a administração governamental produz a respeito deles". PAOLI (32). Quase vinte anos depois, com outro regime de governo no país, este centralismo pesa não só para professores e alunos, como também para os formuladores das assim chamadas novas políticas sociais e educacionais. Veja-se, por exemplo, o Relatório Final da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior - MEC (26) -, onde a condição estudantil (entre outros problemas) é tratada com a distância e a vaguidade de quem não se movimenta nos espaços concretos e no cotidiano da universidade.

O texto desse relatório refere-se à necessidade de um órgão de apoio ao estudante de nível superior, da urgência de uma revisão do sistema de concessão de bolsas de estudo, no sentido de criar um programa especial de auxílio financeiro. Fala também que é preciso alocar mais recursos nos refeitórios universitários e nas residências estudantis.

Demonstrando um conhecimento pouco aprofundado dos perfis dos universitários brasileiros, o relatório limita-se a criticar a ausência de democracia no acesso às universidades, sem discutir ou até mesmo citar a questão da evasão no ensino superior.

Na USP, o planejamento da assistência social e dos serviços de saúde dirigidos aos alunos tem carecido de observações concretas e factuais do conjunto dessa população acadêmica, capazes de sustentar uma política para esses serviços adequada à satisfação das necessidades, e não do simples gerenciamento das pressões provenientes de parcelas desse segmento que, por razões justas, estejam em luta reivindicatória.

Em níveis e relações semelhantes, as atividades culturais extracurriculares patrocinadas pela USP, bem como as esportivas, têm incidido na mesma falha, submetendo-se igualmente a ritmos caóticos, que não se orientam para as produções existentes nessas áreas nem delineiam um modo de explorar as potencialidades dos alunos, com quaisquer perspectivas em termos de prazos capazes de permitir projeções.

Com a ausência de uma fonte primária de informações sobre os perfis dos alunos da USP, não só a atuação dos organismos da reitoria, dirigidos para a resolução desses problemas, se destituiu do profissionalismo de padrão universitário, como os grupos organizados na universidade que lutam pela melhoria dos serviços prestados por esses organismos ficam sem referências objetivas para reivindicar planos de ação específicos e controlar a qualidade dos serviços.

Para que tal situação se reverta, é necessário democratizar as estruturas administrativas desses organismos, de modo que a comunidade universitária, organizada de forma

autônoma, possa influir diretamente nas decisões. É para que esse tipo de administração seja eficiente e transparente, é urgente a criação de formas objetivas de avaliação da realidade para a qual essas políticas são dirigidas e a formulação de políticas para a gestão coletiva da universidade.

De um modo ou de outro, o debate instalado sobre a produção de uma universidade e dos rumos que deveria tomar revela uma multiplicidade de projetos, mas sem dúvida impõe para a universidade a criação de novas áreas de experiência e de conhecimento de uma perspectiva cultural mais ampla. Com tudo isso, quer-se dizer que, no espaço universitário, existem representações distintas e diferentes formas de compromissos, que se articulam com o próprio pluralismo da cidade e da sociedade onde existe. Este próprio pluralismo faz com que ninguém possa anunciar aquilo que a universidade representa de um único ponto de vista ou abarcar a multiplicidade de suas experiências a partir de um posto de observação. Menos do que formular essa pluralidade em um todo fechado, esta pesquisa procura delinear aquilo que é vivido e imaginado pelas muitas experiências estudantis que ocorrem em seu espaço. Afirmarções como as que atribuem a crise ao fato de seus estudantes quererem apenas um diploma para se colocarem no mercado de trabalho; como estágio necessário dos jovens para a vida adulta e profissional; como crise de geração descomprometida com os valores de criação científica; como crise que reflete outra crise, política e societária; como crise de um corpo docente tradicionalista e conservador; como crise da gestão burocrática do poder - tudo isso teria que ser pesquisado de outro modo, de forma que emergisse o sentido da vida na universidade, em sua articulação com o mundo extra-universitário.

Nossa tentativa de conhecer o modo de vida específico dos estudantes da USP nos leva a propor compreendê-lo através de três recortes, nas situações sociais por eles vividas.

O primeiro visa conhecer a situação sócio-econômica desses estudantes, localizando-os no mercado de trabalho, e sobretudo seu papel e posição ocupada na estrutura familiar.

Este papel deverá revelar-se muito diferenciado no interior da condição estudantil, e as posições básicas que se quer conhecer são as de provedor familiar, contribuinte para o orçamento da família, dependente dela ou inteiramente independente. Variações desses tipos deverão ser encontradas na população pesquisada.

Por meio do segundo recorte, pretende-se traçar um quadro dos modos de cuidar da saúde praticados pelos estudantes. A descrição inclui: hábitos alimentares, doenças típicas, cuidados preventivos, frequência à medicina curativa e nível de informação em relação ao cuidado do corpo. Relacionado à descrição desses níveis gerais de saúde, pretende-se também compreender e redefinir o quadro de abortos, uso de psicotrópicos, frequência de doenças sexualmente transmissíveis e suicídios, problemas estes geralmente associados à situação generacional dos estudantes. Este quadro geral do padrão de saúde seria correlacionado com a situação sócio-econômica e com a prática que compõem um modo de vida estudantil.

A descrição das atividades de cuidado com a saúde exercidas pelos estudantes implica a descrição das condições para o cuidado com a saúde oferecidas pelos serviços de saúde e assistência social aos universitários.

O terceiro recorte visa propriamente descrever o que entendemos por modo de vida: o produto de um conjunto de práticas sociais e simbólicas exercidas em relação a um espaço e a um tempo específicos.

A aproximação dos três recortes tem em vista as seguintes questões:

- a) se há ou não uma identidade coletiva e própria aos estudantes da USP;
- b) como a universidade se relaciona com essa identidade: o que nela é visto como significativo pelos estudantes, o que nela é investido (emocionalmente, socialmente, simbolicamente) e o que nela é representado, comparativamente a outros espaços e tempos da vida dos estudantes – outros espaços e tempos como a família, a moradia, o trabalho, a militância política, a sexualidade etc.;
- c) se existem ou não traços comuns partilhados na articulação desses mundos, de modo a configurar um território social próprio, e qual sua relação com a condição de transitoriedade que marca a vida estudantil;
- d) saber o significado da palavra “juventude” e se existe ou não articulação de sua representação com a condição estudantil;
- e) sobretudo, saber qual é a avaliação que os estudantes fazem da própria universidade, que se pretende apoiada de maneira integrada e equilibrada no tripé ensino-pesquisa-extensão de serviços à comunidade, e como os estudantes percebem os modelos de formação que lhes são oferecidos nos diversos cursos da USP;
- f) se o currículo formal do aluno na universidade pode ser identificado com a representação que a instituição acadêmica faz dele através do histórico escolar e com a percepção que o aluno tem do currículo formal que a universidade propicia; neste ponto, pretendemos estender nosso olhar até o currículo informal, a partir do distanciamento, e proximidade entre os estudantes e a produção da indústria cultural.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS ESPECÍFICAS

2.1. Situação Sócio-Econômica

Sendo a situação de estudante uma situação transitória do “ser em formação/preparação”, ele é muito mais agente portador de uma potencialidade (virtualidade) do que de uma efetividade produtiva determinada historicamente pela prática.

O estudante da USP não seria apenas um “ser em formação/preparação”, no sentido de uma formação que assume as características de complementação à formação básica anterior, resultante de uma prática produtiva; ele seria uma efetividade em processo de complementação.

Por outro lado, uma parte do alunado da USP apresentaria uma condição institucional diferenciada, anterior à condição de estudante: é estudante sendo, antes de tudo um trabalhador. Nesta situação, ele pode ser responsável ou não pelo orçamento familiar. Neste caso, ele pode ser pai ou apenas um membro dessa unidade familiar. Diferentemente, pode ser um ser totalmente autônomo e independente, um ser apartado da família.

Essas considerações preliminares colocam, entre outras, as seguintes premissas:

- a) a caracterização da situação sócio-econômica do estudante pela situação familiar, ou seja, pela posição que ele ocupa na estrutura familiar;
- b) se ele é um trabalhador-estudante, estudante responsável por uma unidade familiar, a caracterização não pela família paterna, como no caso anterior, mas pela própria família que ele constitui;
- c) se ele é um indivíduo totalmente desvinculado de uma situação familiar, sendo apenas estudante ou estudante-trabalhador;
- d) outras situações podem vinculá-lo a outras posições, como, por exemplo, sem família paterna mas com família de adoção, com ou sem relações de parentesco etc.;
- e) pode estar vinculado como estudante a outras instituições que não a família: Igreja, Estado, escola, empresa etc.

Logo, a situação sócio-econômica determina-se por meio de múltiplas situações, e estas devem ser bem definidas. No nosso entendimento, um divisor que possibilita esta definição é a situação do estudante em relação às atividades geradoras de recursos necessários à sua sobrevivência como tal. Quem os produz? Como ele participa dessa produção? Como ele se apropria dela? O outro divisor que encaminha operacionalmente a questão sócio-econômica do estudante é a sua inserção na estrutura institucional. De qualquer modo, trabalho e família despontam como relações que definem operacionalmente o que se entende por situação sócio-econômica do estudante, agregando-se vivências outras que os complementam, tais como educação, lazer e recreação.

Privilegiando-se a situação de trabalho como uma das variáveis definidoras da situação sócio-econômica, torna-se necessária a definição de alguns indicadores sociais e econômicos.

2.1.1. Situação de trabalho como uma variável definidora da situação sócio-econômica

- a) *Indicador social*: ocupação/função e/ou profissão formação: formal e profissional, tempo de atividade, ramo de atividade etc.
- b) *Indicador econômico*: salários/honorários/comissões diárias (este indicador pode ser medido em termos de salários mínimos: 1 a 2, ou 3 a 4, ou ainda 5 a 6 etc.).

Os indicadores sociais e econômicos podem estar adscritos ao estudante enquanto trabalhador ou podem ser atributos do responsável pela família do estudante.

2.1.2. Situação de família na definição sócio-econômica

- a) *Indicador social*: qualificação dos membros responsáveis pela família/formação educacional/profissão/número de pessoas que compõem a família/tipo de moradia/bairro/tempo de moradia em São Paulo etc.

- b) *Indicador econômico*: salário dos membros responsáveis pela família/tipo de atividade econômica/honorários/comissões diárias etc.

Essas variáveis podem ser medidas em termos de salários mínimos (renda pessoal e familiar).

As variáveis *a* e *b* são complementadas por fatores de classificação ordenativa, enumerativa e hierárquica:

- o *variável sexo*: ordenação de gênero masculino e feminino;
- o *variável etária*: ordenação enumerativa pela idade das pessoas;
- o *variável posição na estrutura familiar*: ordenação hierárquica etc.

2.1.3. Classificação sócio-econômica por meio dos indicadores de consumo (Abipeme)

Visando a uniformização de critérios, a Abipeme, associação que congrega os institutos de pesquisa de mercado, adota critério único na classificação sócio-econômica. A adoção de um padrão de mensuração facilita a comparação entre os vários estudos, devido à uniformização de critérios. A vantagem da classificação, proposta pela Abipeme está unicamente na uniformização de critérios e na sua operacionalidade. Esta classificação sócio-econômica apresenta como variáveis as classes, abaixo enumeradas, com as seguintes pontuações estatísticas:

Classe A: 35 ou mais pontos

Classe B: de 21 a 34 pontos

Classe C: de 10 a 20 pontos

Classe D: de 5 a 9 pontos

Classe E: de 4 a menos pontos.

Os indicadores que definem essas classificações sociais são:

- a) *Escolarização do entrevistado e do chefe da família*: "Até que ano escolar o senhor cursou? E o chefe da família?"

	Entrada	Chefe
Não sei/Analfabeto/Primário incompleto	1	0
Primário completo/Ginásio incompleto	2	1
Ginásio completo/Colegial incompleto	3	3
Colégio completo/Superior incompleto	4	3
Superior completo	5	10

- b) *Consumo de bens e serviços*: "O (a) senhor (a) tem em sua casa:..."

	Sim	Não	Quanto o (a) senhor (a) tem?					
			1	2	3	4	5	6
TV	---	---	2	4	6	8	10	12
Empregada fixa mensalista	---	---	6	12	18	24	24	24
Automóvel	---	---	4	8	12	16	16	16
Rádio	---	---	1	2	3	4	5	6
Aspirador de pó	---	---	5	5	5	5	5	5
Máquina de lavar	---	---	2	2	2	2	2	2
Banheiro	---	---	2	4	6	8	10	12

2.2. Níveis de saúde

2.2.1. Níveis de saúde e cuidados com a saúde

Pesquisas a respeito da condição de saúde concluem que pessoas integrantes de estratos sociais privilegiados possuem melhores condições de vida, moradia e nível de saúde e também de acesso a serviços de saúde, devido à pressão política que possam exercer.

Portanto, o nível de saúde de uma população tem a ver não só com as lutas políticas, como as soluções para melhorar as condições de saúde passam pela necessidade de planejamento das políticas de saúde e também pela discussão dos direitos da população à saúde.

O Brasil possui um milhão e meio de estudantes de nível superior, os quais com certeza se diferenciam quanto às condições de níveis de saúde.

Ao tratar da questão "O ensino de pós-graduação e a pesquisa científica", o relatório final da Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior, MEC (27), especifica que a revisão de bolsas de estudos de pós-graduação deve incluir pelo menos o benefício da Previdência Social, o que deixa implícito o estabelecimento de condições mínimas de saúde, embora o relatório não mencione o termo.

A questão da saúde é há tempos assunto presente nas discussões e reivindicações por parte dos estudantes aos órgãos oficiais, embora as pesquisas a respeito do nível de saúde de estudantes universitários no Brasil sejam praticamente inexistentes, e as existentes, meros exercícios de formação acadêmica, não tendo a menor influência ou engajamento na formulação de políticas de saúde.

Não cabe aqui abordarmos as razões de ocorrência desse fato, mas o pequeno número de trabalhos realizados além de demonstrar a pouca atenção dada à saúde desse

grupo social, dificulta a realização de estudos comparativos entre os perfis dos níveis de saúde dos estudantes das diversas universidades do país.

Algumas iniciativas mais pertinentes e que atingiram seus objetivos o foram mais por empenho de ordem pessoal que pelo incentivo de órgãos oficiais. Podemos citar, como exemplo, o projeto de pesquisa elaborado na Escola Paulista de Medicina pela Seção de Alunos e Departamento de Medicina Preventiva e Social. O tema da pesquisa se restringia ao nível de saúde dos estudantes daquela instituição, tendo sido concluído apenas o sub-projeto relativo à saúde mental*.

2.2.2. Saúde e suas definições

Abordando a questão do nível de saúde dos estudantes universitários, necessitamos antes de mais nada precisar a definição de saúde, que adotamos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), "saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças". Este conceito, amplamente utilizado, é pouco preciso. Não é claro o significado de vários termos empregados, por exemplo, "completo bem-estar". Além disso, deve-se admitir que este pode variar consideravelmente de acordo com as características individuais temporais e especiais. A saúde, nesta medida, é definida como o oposto de doença. Fácil é notar os inconvenientes de tal atitude, pois ela implica considerar saúde e doença como estados extremos, separados por limites nítidos. Tal quadro corresponde apenas à situação ideal, longe da realidade na qual se observa a existência de verdadeira gradação no que diz respeito à condição do corpo do indivíduo.

Relacionada à saúde e à doença, consideramos mais cabível a definição de que "o fenômeno saúde-doença é uma unidade indivisível de opostos por contrariedades que configuram uma rede e que têm em sua base um caráter de processo (historicidade) e um caráter fenomenológico que se deslocam ao longo das dimensões em que ambos os opostos delimitam-se. Este deslocamento está determinado por fatores biossociais, os quais definem o processo e sua manifestação concreta. Neste sentido o fenômeno saúde-doença deve ser entendido como unidade dialética que se manifesta nos indivíduos em sua dimensão biossocial, determinada pelas condições de existência dos homens (materiais, geográficos, sociais e supra-estruturais) e pela prática social do homem, como resposta historicamente determinada". CANTILLANO (9).

Achamos também importante citar a definição muito difundida entre os autores que defendem a participação popular nas decisões das questões da saúde: "... saúde deve ser entendida não como um conceito abstrato - definido segundo parâmetro de uma 'normalidade' alheia a qualquer contexto social, mas que encontra a sua manifestação concreta em cada etapa histórica, tanto em termos das representações dos vários grupos sociais, quanto dos padrões diferenciais de saúde atingidos por tais grupos... esta manifestação concreta

* Este subprojeto resultou na publicação do trabalho de SIMON, Ryad. *Psicologia clínica preventiva: novos fundamentos*. São Paulo: Vektor, 1983.

não pode ser justamente percebida se não for considerado o jogo de forças sociais que caracteriza cada uma dessas etapas**.

2.2.3. Os níveis de saúde dos estudantes da USP

Coloca-se a questão de como vai a saúde dos estudantes da USP. Até os dias de hoje, não se conhece nenhum trabalho concluído a esse respeito.

O plano de investigação mais conhecido já existente é o Plano Universitário de Saúde (PLUS), realizado pela Divisão de Saúde da COSEAS (Coordenadoria de Saúde e Assistência Social). O trabalho foi interrompido em meados de 1984, com a transferência dos serviços de atendimento médico da COSEAS para o Hospital Universitário (H.U.), transformando-se em SESUF (Serviço de Saúde para Universitários e Funcionários).

Tinha por objetivo avaliar o estado de saúde do estudante ao ingressar na universidade. Constava de exames laboratoriais, exame médico completo e vacinação, constituindo atividade de caráter preventivo.

Nesta pesquisa, propõem-se as seguintes áreas de investigação a respeito de níveis de saúde:

- a) apesar da falta de um estudo mais apurado, é sabido que o número de abortos, de suicídios, de doenças sexualmente transmissíveis e do uso constante ou eventual de psicotrópicos é significativo entre os estudantes universitários. Os problemas citados merecem um estudo apurado para se levantar as causas, os motivos e, as possíveis soluções.
- b) existe também uma preocupação com a condição de saúde dos praticantes de atividades físicas e desportivas. Faz-se necessário verificar a relação do estudante universitário com as atividades desportivas e de lazer e com os espaços de vivência, as práticas desportivas e de recreação, por exemplo, o CEPEUSP (Centro de Práticas Esportivas da USP), as preferências de atividades, o tempo disponível para as mesmas etc.
- c) em relação à alimentação dos estudantes, achamos importante verificar o hábito alimentar dos mesmos e os locais onde costumam realizar as suas refeições. Pretendemos estudar a correlação entre hábito alimentar dos estudantes e doenças gastrointestinais (úlcera e gastrite) e também a interferência do tipo de alimentação (teor calórico) na produção intelectual dos universitários. A condição econômica deve ser um fator determinante do tipo de alimentação consumida. Até o final de julho de 1986, sabemos que 1.311 bolsas de alimentação foram concedidas a alunos dos campi de capital e do interior: 668 nos campi de São Paulo, 256 no campus de Ribeirão Preto, 243 no campus de São Carlos, 109 no campus de Piracicaba e 35 no campus de

** Texto mimeografado:
RIBEIRO, A.C. & PICALUGA, L.F. *Campanhas sanitárias e sua burocratização: um estudo histórico da Saúde Pública no Brasil*. Instituto de Medicina Social da UERJ, 1975.

Bauru*. Nesta medida é interessante conhecer o tipo de alimentação oferecida, sua avaliação pelos estudantes beneficiários e se o número de bolsas oferecidas coincide com a demanda existente. FUVES (18).

- d) sabendo que fatores culturais e sociais estão diretamente relacionados com a saúde, devemos nos lembrar também dos inúmeros estudantes estrangeiros, provenientes de uma gama diferenciada de países, apresentando problemas de inadaptação, que se não são abordados a tempo causam danos irreversíveis.
- e) após o temário levantado nesta abordagem, cabe saber a opinião do estudante universitário a respeito dos serviços de saúde prestados pela universidade. Além de uma avaliação por parte dos usuários, cabe realizar uma avaliação técnica tanto dos Serviços de Saúde da COSEAS quanto do SESUF.

Estes são alguns dos problemas relativos à saúde dos estudantes universitários da USP; é clara, porém, a existência de inúmeras outras questões que também merecem ser citadas num plano para o funcionamento dos serviços de saúde na universidade.

Os problemas levantados permitem pensar a possibilidade e a necessidade de serviços de medicina preventiva, como a reimplantação do PLUS, além da medicina curativa, hoje exclusiva na universidade. Tomamos a prevenção não apenas meramente em termos de descrição e avaliação dos efeitos de suas práticas esportivas, lazer, alimentação adequada, moradia, mas também em termos de uma maior proximidade ao estudante: a medicina preventiva deveria conhecer a sua condição física, psíquica e social, acompanhando-o durante a sua formação, realizando exames clínicos periódicos (oftalmologia, odontologia). A assistência à saúde corre o risco de possuir caráter normativo e autoritário; no entanto, não podemos negar a sua importância em termos de estar atendendo a quem procura o serviço. Contudo, fica a indagação quanto ao momento em que o indivíduo procura a assistência, isto é, quando apresenta sintomas de doença. Talvez a questão esteja mais relacionada com o tipo de assistência oferecida em que condições de trabalho ela ocorre, com a ausência de participação dos estudantes no gerenciamento dos órgãos de saúde e na realização de programas para colocarem suas reais necessidades.

A dependência econômica da maioria dos estudantes certamente influenciará em sua relação com o espaço de saúde. É necessário pensar como ele cuida de seu corpo, quando procura um serviço de saúde e para onde se dirige (serviço particular ou público). Afirma-se que o estudante universitário de classe média não necessita do serviço de saúde oferecido pela universidade é problemático. Apesar da condição econômica da família permitir a sua ida a médico particular, ele talvez prefira recorrer ao serviço de saúde oferecido pela universidade, pois este pode ser o único meio de manter uma autonomia sobre seu próprio corpo, um espaço de independência em relação à família. Por outro lado, estudantes de menor poder aquisitivo podem não se utilizar dos serviços de saúde existentes na universidade por preconceitos morais e culturais, por exemplo, o de que um serviço de saúde de caráter as-

sistencialista merece pouca confiança. Outros podem não freqüentar os serviços existentes no campus por puro desconhecimento. A localização dos serviços de atendimento no espaço físico da universidade é de crucial importância para o acesso dos estudantes. Para um serviço de atendimento racional e produtivo, talvez se faça necessária uma integração entre todos os serviços existentes no campus Butantã e na sede em Pinheiros, como: o Hospital Universitário, a Clínica de Atendimento do Instituto de Psicologia, o Laboratório de Análises Clínicas da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, as Ligas de Ambulatório da Faculdade de Medicina, o Centro de Saúde-Escola Butantã, os serviços da Faculdade de Saúde Pública e da Faculdade de Odontologia etc.

A medicina preventiva estaria também presente na orientação e acompanhamento médico das práticas esportivas, sem o que poderão ocorrer seqüelas físicas irreversíveis, além de acentuar problemas físicos congênitos.

Permanece a dúvida se os casos de aborto acontecem por falta de informação sobre os métodos contraceptivos ou se, com informação, decorrem de um falta de cuidado do indivíduo com seu corpo, em termos de um real distanciamento do mesmo. Ressalta-se, mais uma vez, a urgência de assistência a nível de um trabalho preventivo, de informação individual de esclarecimentos à comunidade, com finalidade educativa. Assim, a pesquisa tentaria apreender o indivíduo na sua totalidade, a sua saúde integrada a outros interesses da vida universitária.

2.3. Sobre o aproveitamento acadêmico

2.3.1. Conflitos emocionais e aproveitamento escolar

O fracasso nos estudos não é causa única determinante da evasão escolar, mas os dois fenômenos mantêm estreita correlação. O estudo do fracasso e evasão escolar é importante tanto para o aluno como para a universidade, pois nos dois lados há investimentos perdidos. Assim, neste projeto, julgamos que uma pesquisa junto à população estudantil, localizada especificamente nesta temática, poderá contribuir para um conhecimento mais profundo das características e necessidades dos estudantes, bem como oferecer subsídios à reflexão sobre políticas de saúde, assistência social, lazer e orientação psicopedagógica a ser implementada, pela universidade.

2.3.2. O comportamento de fracasso do universitário

O psicanalista Henry DANON-BOILEAU (10), que se dedicou ao estudo desse comportamento durante os últimos trinta anos, informa que, dadas as características dos adolescentes e adultos jovens, a organização dos cursos universitários favorece a aparição do fracasso neurótico em condições quase experimentais. Esse período de conflitos e oposições (no plano das práticas, éticas e políticas) ao mundo dos adultos fornece um terreno particularmente propício aos comportamentos de fracasso.

Considerando o aspecto de protótipo do comportamento do fracasso, Danon-Boileau vê, nesses termos, um conceito operatório precioso, posto que a neurose do fracasso

* Dados fornecidos pela COSEAS sobre as realizações desta coordenadoria durante o primeiro semestre de 1986.

é vista pela psicanálise como um quadro descritivo, e não nosográfico. O comportamento de fracasso não seria engendrado por uma neurose qualquer, como neurose de fracasso, pois é próprio de toda neurose engendrar fracassos na vida afetiva ou social, no plano intelectual ou sexual.

"Às vezes, um fracasso testemunha o sintoma de uma neurose mais ou menos típica"
DANON-BOILEAU (10).

Dado a equivalência entre comportamento de fracasso e sintoma (daí seu aspecto proteiforme), estes se mostram ligados a diferentes domínios da vida afetiva, somática ou social. Podem ser pensados como fornecedores de material para uma exploração mais profunda dos possíveis tipos de conflitos emocionais mais constantes entre estudantes e as possíveis relações entre ajustamento emocional e aproveitamento escolar.

O sentido do fracasso foi apresentado por FREUD (17) como uma "artimanha de desejos profundamente enraizados" que, em certos casos, paradoxalmente, aparece como doença (fracasso neurótico), exatamente quando o desejo se realiza. Freud assimila o sucesso à realização de desejos edípicos e aponta que a realização concreta de um desejo consciente não significa realização de desejos inconscientes. Para os que fracassam ao triunfar, o fracasso concretiza a autopunição compensatória do sentimento de culpa inconsciente e anula os resultados adquiridos pelo sucesso.

Quer se concorde ou não com a hipótese psicanalítica, de que há conflitos edípicos subjacentes ao comportamento do fracasso universitário, não podemos, contudo, deixar de reconhecer que a polaridade fracasso-sucesso, enquanto modo de pensar os estudos, a profissão e talvez toda a vida social, é uma sanção imposta tanto pelas instituições escolares como pelo mundo profissional. A polaridade sucesso-fracasso concretiza, assim, o risco, a possibilidade de um perigo externo (ou barreira), a ameaça de uma punição. Ela é uma categoria central quando se tem pela frente a realização de uma psicologia do desempenho escolar.

Concordando com a psicanálise de Freud, não se pode deixar de reconhecer que onde há um sentimento de fracasso haverá seguramente um desejo inconsciente de sucesso e, com a psicanálise do fracasso universitário de Danon-Boileau, que, não é possível abordar um comportamento do fracasso sem tratar do sucesso e de seus significados inconscientes:

"Praticamente, é por aí que convém começar a pesquisa para a elucidação do fracasso, posto que é o desejo de sucesso que se manifesta ao nível consciente, enquanto que o fracasso corresponde, pelo contrário, ao nível inconsciente. O sucesso engendra os riscos e comanda, portanto, as necessidades do fracasso. Este é então uma defesa, uma proteção contra o sucesso; mais difíceis são os casos em que o sucesso é apenas desejo na aparência, enquanto que o verdadeiro desejo é o fracasso" (p. 19).

Para realizarmos uma pesquisa nos moldes em que Danon-Boileau realizou seus trabalhos sobre o comportamento de fracasso, necessitaríamos das condições de que ele dispunha em uma clínica universitária de orientação psicopedagógica:

"Tivemos o privilégio de poder estudar esses problemas no cotidiano, graças a nosso trabalho, em curso desde 1956 e durante mais de vinte anos, como médico-chefe da clínica Dupré, em Sceaux. Esta instituição foi a primeira, tanto na França como no exterior, a reunir em seu seio, ao lado de uma equipe médica clássica (comportando psiquiatras institucionais, pessoal de enfermagem, assistentes sociais, psicólogos, psicoterapeutas), uma equipe de docentes, aí sediados em tempo integral pelo Ministério da Educação Nacional. Esse estabelecimento privado com fins não lucrativos, regido pela lei de 1901, pertencente à Fundação Saúde dos Estudantes da França e foi criado, em 1956, pela iniciativa do Dr. Danon-Boileau. A clínica Dupré foi desde a sua origem um serviço livre, aberto, misto; a originalidade fundamental de sua organização, ligada à presença de equipe de professores, oferece ao estudante (ou ao escolar de classe terminal), sofrendo de dificuldades psíquicas, a vantagem capital de poder conservar um contato flexível, e modulado segundo suas possibilidades, com o mundo escolar e universitário, quer se trate de um prosseguimento normal dos estudos, de readaptação, de mudança de orientação, e mesmo de inserção na vida profissional. Um tal modo global de assumir encargos exigia uma colaboração estreita, confrontos e discussões cotidianas entre docentes e a equipe médica. Os professores se mostravam interessados, em primeiro lugar, nas capacidades intelectuais de seus estudantes doentes, nos problemas de êxito ou fracasso de seus alunos" (p. 8).

Em consequência, como não dispomos de uma instituição organizada e funcionando nos termos desse modelo de clínica psicopedagógica, seguindo determinadas indicações de Danon-Boileau procuraremos sondar junto a nossos estudantes que significados assumem algumas expressões que se agrupam em torno da polaridade sucesso-fracasso ("fracasso nos estudos", "realização acadêmica", "sucesso profissional" etc.) e que significados assumem outras tantas expressões que dizem respeito ao processo de avaliação de aprendizagem, sobre o qual incide diretamente o que Danon-Boileau chamou de tecnologia do fracasso. Nos seus múltiplos modos de aparição, o fenômeno fracasso serve-se de todas as técnicas possíveis: enganar-se de lugar e data de provas ou exames; fugir do exame ou prova oral; preparar apenas uma parte do programa; desafiar o júri; não tratar da matéria, mas demonstrar a questão como absurda e, obviamente, ficar doente no momento crucial.

2.4. Modo de vida

Na apreensão do "modo de vida" estudantil e de sua adaptabilidade às perguntas formuladas pela pesquisa, três ordens de questões precisam ser discutidas previamente: primeiro, a inserção da noção de "modo de vida" no corpo teórico das Ciências Sociais, dado que a sua conotação remete a formulações diversas e é necessário, minimamente, delimitar o seu significado; segundo, delimitar de que maneira o espaço universitário vem a ser o centro de referências através do qual se pretende apreender os outros mundos da vida cotidiana; terceiro, como se pretende operacionalizar os objetivos e raciocínios da pesquisa, dada a amplitude de sua temática.

Primeira questão: a inserção da noção de "modo de vida" no corpo teórico das Ciências Sociais. Quando se fala em "modo de vida", nas Ciências Sociais, a associação mais imediata é com a antropologia cultural, que busca compreender as regras simbólicas que organizam e especificam a vida de um determinado grupo social. Importada da antropologia,

a caracterização de um "modo de vida" foi perseguida por uma sociologia de corte positivista, que se propunha a descobrir modelos de comportamento típicos de atitudes, referenciais, valores e hábitos de um determinado grupo social; uma vez construído o modelo em cortes típico-ideais e objetivos, procurava-se correlacioná-los com os valores instituídos e vigentes na sociedade, para determinar o grau de correspondência ou divergência com estes. Mais conhecida como "sociologia do desvio", esta sociologia produziu mensurações a respeito dessa correspondência dos comportamentos do grupo com a sociedade onde se insere e, apesar do interessante e abundante material empírico que recolheu, afastou-se da inspiração antropológica inicial por esta sua preocupação com a ordem vigente, o que lhe dava um conteúdo nitidamente conservador, do qual o relativismo cultural está bem mais livre. Sobre o mundo estudantil, por exemplo, são conhecidas as pesquisas americanas de Bendix, MILLS (25), JACOBS & LANDAU (22), LIPSET (23), PARSONS (30) e GOODMAN (19). Nestes estudos sobre a rebelião estudantil dos anos 60, que teve por cenário várias universidades americanas, a pergunta maior é sobre "ajustamento" versus "desajustamento" dos jovens, em relação aos valores instituídos da sociedade americana. Por mais que vários desses autores se afastassem criticamente de critérios modulares, a própria questão levantada tem muito a ver com as preocupações de uma sociologia da ordem. Essa não é a preocupação de nossa pesquisa.

Em outra tradição, "modo de vida" aparece como decorrência necessária da condição de classe a que o grupo pertence. Valores, normas, referenciais e crenças possuem o estatuto da ideologia, isto é, aquilo que, no plano societário, impede a real compreensão pelo sujeito dos mecanismos sociais que comandam sua vida. O mundo cultural e social do grupo aparece, assim, com efeito das determinações estruturais da sua sociedade, e o grupo social estudado, saiba ou não, tem suas potencialidades, limites e consciências já dados pelas condições objetivas de classe. Do mesmo modo, os padrões de vida, a organização da família, as condições de habitação, a educação, as crenças morais e religiosas acabam por ser expressões total ou relativamente falseadas do interesse de classe. Este interesse é dado sobretudo pela inserção econômica e política nas formas de produção vigentes e nas relações estruturais dela decorrentes. As pesquisas sobre os estudantes, de inspiração marxista, analisaram preferencialmente os movimentos estudantis como expressões falseadas, indiretas ou desconectadas da origem pequeno-burguesa de seus componentes. Esta condição de classe, majoritária, ao que tudo indica, em todos os países onde se formaram movimentos estudantis nas décadas de 60 e 70, determinaria seus objetivos, seus limites, seus enganos e seu alcance. BOURDIEU & PASSERON (8), BOURDIEU (7), analisando os estudantes universitários franceses, enfatizou a "confusão simbólica" dos modelos culturais cultivados pelos universitários e seu desconforto diante do privilégio dado pelo acesso à cultura universitária. MARCUSE (24) analisou a cooptação, a dominação e a alienação que o capitalismo promove e a nova forma de contestação dos estudantes, que poderia redundar em uma nova forma de integração, exatamente em virtude dos compromissos da classe de origem dos estudantes. Marialice FORACCHI (14) analisou, para os estudantes da USP, o quanto o movimento estudantil tinha a ver com o esforço pequeno-burguês de ascensão social, coisa obscura para os próprios estudantes. Foracchi também analisou o tema de privilégio pressuposto no acesso à educação universitária dentro dos limites da consciência estudantil. Guilhon ALBUQUERQUE (1) retomou o mesmo tema, mostrando a

confusão política do movimento e do projeto estudantil diante da sociedade, a partir de sua própria constituição. Todos esses autores utilizam o instrumental marxista — com maior e menor aproximação são simpáticos aos estudantes e sensíveis às suas reivindicações; mas as suas questões são colocadas necessariamente de fora do mundo estudantil, isto é, são mais questões sobre as formas de transformação social do que sobre os possíveis agentes dessas transformações. Em uma palavra, a própria determinação dos estudantes como objeto de análise vem apenas do interesse que eles poderiam representar de serem agentes dessa transformação. Também não são estas as questões de nossa pesquisa, embora elas tenham um interesse maior do que os temas propostos pela tradição sociológica preocupada com a ordem social.

Segunda questão: delimitar de que maneira o espaço universitário vem a ser o centro de referência para descrever e aprender o "modo de vida" estudantil. A universidade, como todo mundo sabe, comanda representações específicas sobre si mesma que dão a todos os que dela participam a eterna sensação de ser uma instituição em crise. Na medida em que esta pesquisa recusa assumir o referencial explicativo dessa crise como sendo dado pela derrota do projeto gestado nos anos 60 (vide introdução) e, mais ainda, não privilegia os movimentos políticos que ocorrem no espaço da universidade como plano de análise, fica claro que a pesquisa parte das práticas sociais e culturais exercidas cotidianamente pelos estudantes no espaço universitário e que estão ainda por serem conhecidas.

Essas práticas são, hoje, múltiplas, não sendo possível sustentar que a universidade tem um sentido único, o de formação acadêmica e profissional. Pelo contrário, convivem com este significado vários outros referenciais de sentido, de modo que o estudante que aí está nem sempre assume a formação profissional como o sentido mais importante que o faz participar do espaço universitário. Vem exatamente daí toda a série de questões que a pesquisa se propõe, e por isto seu ponto de partida está feito mais de impressões e vivências dos pesquisadores do que hipóteses baseadas em uma literatura especializada, dada a inexistência de pesquisas recentes sobre o tema.

Terceira questão: como se pretende operacionalizar as intenções e objetivos da pesquisa.

A idéia central operacionaliza-se a partir de comparação entre as práticas universitárias e extra-universitárias. Quanto às primeiras, a pesquisa tentaria obter uma descrição do tempo dispendido e da qualidade de relações que ocorrem nas salas de aula, seminários e laboratórios, bibliotecas, bares e lanchonetes, restaurantes, piscinas, festas, locais de moradia universitária, locais de esportes e outros. Esta descrição é direcionada para a apreensão da organização do tempo do estudante no espaço da universidade: o tempo dispendido em tarefas didáticas, o tempo dispendido em atividades esportivas, o tempo voltado para o uso de equipamentos sociais a seu dispor, o tempo de trânsito, o tempo de lazer. A organização de seu tempo universitário em espaços definidos deve indicar os investimentos intelectuais, emocionais e de sociabilidade feitos por cada estudante a partir de seu próprio fazer universitário — e isto permitirá precisar algumas idéias iniciais sobre tais investimentos. Em um segundo passo, entrevistas qualitativas e abertas (feitas a partir de uma subamostra desse levantamento) forneceriam conhecimento sobre as avaliações específicas desta organização do tempo e do espaço pelos alunos.

O procedimento é o mesmo quanto às práticas extra-universitárias. A pesquisa se volta em primeiro lugar, para procedimentos descritivos do tempo nelas dispendido, o que permite um primeira aproximação comparativa. Quatro áreas de sociabilidade foram selecionadas para a comparação do tempo nelas dispendido e na universidade: a família, as relações afetivas não-familiares (incluindo a sexualidade), as associações voluntárias de que o estudante participa (grupos políticos, religiosos, literários, teatrais etc.) e o espaço de trabalho. Novamente, entrevistas qualitativas e abertas procurariam explorar o sentido conferido a esses espaços, em comparação com a vida universitária.

O "modo de vida" estudantil seria delineado, deste modo, a partir das diferentes significações atribuídas pelos estudantes aos diferentes mundos onde se movimentam. A comparação entre aquilo que o estudante vive no espaço universitário e os mundos extra-universitários visaria captar:

- a) as perspectivas de criação, liberdade, formação, sociabilidade ou sua ausência; por aí se tentaria perceber as razões pelas quais os estudantes mantêm-se ou se evadem da universidade, a qualidade de sua participação, a crítica ou a aceitação passiva da sua trajetória;
- b) o referencial simbólico a que remete sua experiência; por aí conheceríamos o interesse acadêmico ou outro, os julgamentos sobre a qualidade do ensino, as atividades exigidas, o mundo cultural da universidade, a qualidade da interação com colegas etc.;
- c) os tipos de "negociação" entre o estudante e as expressões do mundo exterior à universidade; como ele lida com as imagens vindas de fora do mundo estudantil (expectativa de ter profissão, futuro, dinheiro, conhecimento, experiência, amigos, de fazer política, de saber das coisas) e como elas são interiorizadas, contestadas, reapropriadas.

2.5. A televisão como agente cultural

No que se refere às práticas sociais e culturais dos estudantes em seu tempo extra-universitário, interessa-nos a descrição de seu comportamento de "ver televisão", tendo em vista analisar os significados que o uso desse meio de comunicação tem para esse grupo social.

Sendo vasta a literatura sobre a televisão como agente cultural, dela selecionamos apenas algumas hipóteses e conceitos que nos orientarão quanto ao método e à construção do instrumental de pesquisa: questionário e roteiro de entrevista.

Trataremos o comportamento de "ver televisão" basicamente como "dado" do processo de reflexão do estudante. Para tanto partiremos do conceito "televisão vivida" exposto por Georges FRIEDMAN (16).

Para Friedman, as pesquisas consagradas à televisão passaram, desde o anos 60, de uma etapa cujo traço comum era, antes de tudo, apreender os efeitos do "meio" sobre aqueles que recebem suas mensagens, para uma etapa marcada pela preocupação sobre o

que os indivíduos "fazem" com os meios de comunicação: como os percebem, sentem e vivem; a que papéis, funções e necessidades as "comunicações de massa" correspondem.

Considerando então a idéia de "televisão vivida", ou seja, a televisão vista conforme o uso que o "telespectador" faz dela, pela relação particular que estabelece com ela, definiremos um objetivo específico da pesquisa: trata-se da obtenção de relatos verbais de estudantes universitários sobre três modos de apreensão da televisão: como objetivo para a percepção sensorial; como objetivo mediador de relações interpessoais; como objetivo de valor educacional e de lazer.

2.5.1. A televisão como objeto para a percepção

Enquanto objeto para a percepção, a televisão será proposta como tema para reflexão de nossos sujeitos, tendo-se em mente uma passagem de Martin HEIDEGGER (20) e algumas idéias de Walter BENJAMIN (6).

Primeiro, vejamos Heidegger:

"No tempo e no espaço todas as distâncias se retraem. Lá onde o homem não chegaria senão após semanas ou meses de viagem, ele vai pelo ar em uma noite..."

"O filme nos põe sob a vista os centros longínquos das civilizações mais antigas, como se eles hoje se encontrassem no próprio movimento de nossas ruas. Além disso, ele certifica aquilo que nos faz ver mostrando-nos ao mesmo tempo, em pleno trabalho, o aparelho de tomadas de vistas e os homens que o servem. Mas, aquilo que suprime da maneira mais radical toda possibilidade de afastamento é a televisão, que rápido percorre todos os sentidos, para neles exercer sua influência soberana, toda a maquinaria e todos os atropelos das relações humanas".

"No tempo mais curto, o homem chega ao fim dos mais longos trajetos. Faz passar diante de si as maiores distâncias e coloca assim, à sua frente, toda coisa à menor distância".

"Por si, só esta supressão prévia de todas as distâncias não traz nenhuma proximidade, pois esta não consiste na pouca distância. O que, graças à imagem do cinema e ao som do rádio, está na distância menos afastada de nós, pode nos parecer longínquo. O que na distância está imensamente longe pode nos ser próximo. Pequena distância não encerra proximidade. Grande distância não encerra afastamento" (p. 194-195).

Para Walter BENJAMIN (6), a técnica (relações humanas de produção) e a tecnologia (relações materiais de produção) submetem a sensibilidade humana a um "treinamento" complexo, cujo caráter na modernidade, tal como imposto pela maquinaria, é o "choque". Uma interminável série de choques na consciência do indivíduo marcaria a existência industrial moderna. Tais choques partiriam tanto dos modernos modos de informação como simplesmente das multidões nas ruas das cidades. Segundo Benjamin, a experiência de "choque" teria se tornado norma na moderna existência urbana. Note-se que tais choques são considerados similares aos choques da guerra.

Para Benjamin, a sociedade contemporânea, cuja norma é o choque, desenvolve um

tipo de experiência que "treina" o indivíduo para a resposta imediata e pragmática aos estímulos do meio ambiente, a qual diferentemente do tipo de experiência da sociedade tradicional, constituída pela repetição e o hábito e não pela atividade com propósito deliberado, é conscientemente instrumental e assume funções defensivas, que a tornam apropriada às demandas técnicas de autocontrole de nossas condições atuais da existência. A que forma de memória coletiva irá corresponder essa forma de experiência assentada no choque?

A elaboração do questionário e roteiro de entrevista no que se refere à televisão como objeto para percepção parte das seguintes formulações:

Que relações os estudantes estabelecem entre o ato de "ver televisão" e:

- a) as "experiências de choque"?
- b) a idéia de abolição da possibilidade de afastamento?
- c) o problema da "memória coletiva"?

Como os estudantes percebem os elementos da imagem e do som? Cor, composição (design), movimento e iluminação; diálogos, slogans publicitários, música e ruídos. Que relações estabelecem entre esses elementos de áudio e vídeo e a "experiência de choque"?

2.5.2. A televisão como mediadora de relações interpessoais

Se a televisão suprime toda possibilidade de afastamento, o que é então a proximidade, quando tudo se torna igualmente próximo e longínquo?

Que é esta uniformidade na qual todas as coisas não estão nem perto nem longe, mas sem distância? Procurando seguir o caminho que levam tais questões, HEIDEGGER (21) aponta para o "reunir" como ser da proximidade que se corporifica na "coisa", posto que é própria dessa reunião.

Pensar a televisão como mediadora de relações interpessoais é pensá-la em termos de relações que implicam diferentes modos de "proximidade", diferentes modos de reunião. Como os estudantes vivem o "fluxo da uniformidade sem distância" em seu cotidiano? Como é vivida a substituição das reuniões em torno da mesa pelas reuniões em torno da televisão?

Que tipos de contatos corporais são estabelecidos frente à televisão e como são percebidos? Em que medida o ato de ver televisão na infância se fazia acompanhar ou não da presença de um adulto? Este (s) adulto (s) estimulava (m) o "jogo imaginativo" através da interpretação das informações televisivas transmitidas? Como esta presença ou ausência de adultos integra a memória dos sujeitos em questão?

Tais perguntas orientam a elaboração do questionário e do roteiro de entrevista para a coleta de material referente à mediação da televisão nos relacionamentos interpessoais.

2.5.3. A televisão como objeto de valor educacional e de lazer

Tendo em vista a operacionalização da pesquisa na área da sócio-psicologia da tele-

visão, vários autores* referem-se aos meios de comunicação como uma "escola paralela", conceito expresso por FRIEDMAN (15) da seguinte forma:

"Os conhecimentos, os valores da inteligência e da sensibilidade que o *mestre* inculca no aluno por meio da palavra, do quadro-negro, da leitura não são mais do que uma *ilha* em meio às ondas de informações, apelos e solicitações prementes com que o som e sobretudo as imagens atuam sobre a criança, ao sair da escola, por meio de cartazes, cinema, televisão, quadrinhos, rádio, música popular. Ondas que invadiram a quase totalidade das zonas urbanas e ganham, invencíveis, as zonas rurais... A criança, na verdade, não é cercada somente pela imagem, mas por um conjunto de estimulações auditivas, visuais e, segundo vocábulo doravante admitido, audiovisuais. O que sabemos atualmente é que este complexo mostra, contudo, que o cinema e a televisão são os principais alimentos da escola paralela (as palavras foram sugeridas por um professor), muito mais competitiva e perigosa para a escola oficial porque se apresenta com todas as condições de lazer e da fruição imediata".

Atentos a "perigos" como as "seduções do lazer e da fruição imediata", os pesquisadores procuram alertar os educadores para o fato de que os estudantes que hoje entram na universidade terão assistido mais horas de televisão do que de aula em escola. Um destes autores é Louis Porcher**, que definindo a "escola paralela" como o conjunto de circuitos graças aos quais chegam aos alunos, de fora da escola, informações, conhecimento, uma certa formação cultural, nos mais variados domínios, chama a atenção para os problemas pedagógicos e sociológicos não desprezíveis que a "escola paralela" levanta, na medida em que se trata de canais de educação não controlados pelos docentes e massivamente frequentados pelos alunos.

Por outro lado, MUNIZ SODRÉ (28) aponta que, politicamente, os meios de comunicação surgem no contexto da indústria cultural como "novos lugares diretamente e indiretamente supervisionados pelo Estado - da fabricação de idéias afins ao jogo de poder em substituição progressiva das antigas redes escolares".

Seguindo a idéia de que a televisão é um dos meios da "escola paralela", para a elaboração da parte do questionário referente à televisão como objeto do valor educacional e de lazer, escolhemos, inspirados em *Television and behavior****, um grupo de matérias de modo a compor um "currículo oculto", a que julgamos estarem os nossos sujeitos de pesquisa submetidos ao "ver televisão". A partir deste currículo, os estudantes serão indagados a respeito da relação entre televisão e cultura.

* Cf. PFROMM NETO, S. *Comunicação de massa*. São Paulo: Pioneira, 1972;

FADUL, A. Meios de comunicação de massa e educação no Brasil: uma perspectiva crítica. *Cadernos Intercom*, 1(4)out. 1962.

GUTIERREZ, F. *Linguagem total: uma pedagogia dos meios de comunicação*. São Paulo: Summus, 1978.

** Cf. FADUL, A. op. cit., p. 31.

*** Trata-se de um texto de autoria coletiva editado pelo National Institute of Mental Health, Rockville, 1962.

Buscaremos exemplares de "ensinamentos" das matérias da "escola paralela" em três tipos de informações televisivas: telejornalismo, publicidade, e filmes e novelas. Para tanto, partimos da observação de BAUDRILLARD (2) a respeito da diferença entre telejornal e publicidade. Estes remetem o telespectador a distintos estados de consciência, o primeiro à realidade, posto que veicula informações de leitura plena e de imediata transição para o campo prático, enquanto que a publicidade veicula sonho, legenda e não tem em vista uma "práxis".

Em sua análise de função latente da publicidade, Baudrillard mostra que já no imperativo da publicidade ("Veja como a sociedade não faz mais do que se adaptar a você e a seus desejos. Portanto, é razoável que você se integre nesta sociedade") está presente sua função de gratificação sedutora. A sociedade se faz maternal e lúdica no apelo publicitário.

Mas o modo como melhor salienta esse autor o signo publicitário é como portador da prova de ausência do objeto real, e nesta medida assumindo a dupla função de gratificação-frustração. Diz BAUDRILLARD (3):

"Quando a publicidade em substância lhe propõe: (a sociedade adapta-se totalmente a você, integre-se totalmente nela), é claro que a reciprocidade é falsificada: é uma instância imaginária que se adapta a você enquanto, em troca, você se adapta a uma ordem bem real. Através da poltrona que se adapta às formas de seu corpo, você esposa e se responsabiliza por toda ordem técnica e política da sociedade".

MUNIZ SODRÉ (29) também se refere à função gratificação frustração da publicidade, que entende como abrangendo a programação televisiva como um todo. Quatro impulsos (motor, lúdico, de poder e de amor) "inevitavelmente frustrados" pela sociedade seriam compensados pela programação televisiva.

Seguindo seu pensamento, temos então que relatos de ação e violência compensariam a passividade motora; comédias de pastelão ou programas humorísticos com ironias referenciadas no trabalho compensariam o impulso lúdico frustrado no cotidiano de trabalho mecanizado; a mitificação dos triunfos alheios (por exemplo o *self-made-man*), além de apresentar personalidades modelares, satisfaz vicariamente a vontade de poder; e a exaltação do sonho romântico complementada por relatos agressivos (como é o caso de muitos filmes, seriados e novelas) propicia "satisfação" para a sexualidade frustrada.

Assim, as seguintes matérias compõem o "currículo oculto" que organizamos:

- a) imagens de violência: imaginação violência e/ou violência da imaginação;
- b) imagens de "famílias televisivas" e telenovelas: modos alternativos de vida familiar;
- c) imagens para educação sexual explícita e implícita;
- d) o cuidado com a saúde e o fantasma da doença;
- e) a personalidade bem-sucedida no trabalho: o herói modelar;
- f) concepções de "realidade social".

Será a televisão percebida pelos estudantes como uma "escola paralela"? Que rela-

ções estabelecerão os estudantes entre o aprendizado adquirido através do "currículo oculto" da televisão e o modo de vida dos universitários?

3.1. Banco de dados

Para a formulação dos métodos de investigação apropriados aos delineamentos deste perfil dos alunos da USP, é indispensável o estabelecimento dos objetivos principais da pesquisa, dos dados previamente disponíveis e das condições básicas de trabalho.

Quanto aos objetivos principais da pesquisa, podemos dizer que ela visa o delineamento do perfil do aluno da USP a partir de sua situação sócio-econômica, níveis de saúde e modo de vida.

O processo de elaboração das entrevistas indagará, em sua fase inicial, dos organismos da USP, sobre os dados que são considerados importantes de se obter com esse levantamento, o mesmo procedendo em relação às entidades representativas dos estudantes.

Obtido esse arco de expectativas, a coordenação da pesquisa passará à organização da coleta de dados através de questionários passíveis de registro quantificável, destinado à produção de instrumentos de mensuração.

A estruturação de um banco de dados é de fundamental importância para a pesquisa do nível a que nos propomos realizar. Evidentemente, não seremos levianos em afirmar que essa tarefa seja fácil. Mas, consideramos que a universidade dispõe de dados centralizados (no Centro de Computação Eletrônica - CCE) sobre seus alunos de graduação e pós-graduação, a tarefa se torna realizável.

A parametrização essencial, disponível no CCE, para a fundamentação do banco de dados, será a ficha básica de aluno, acrescida de dados relativos à utilização do serviço de saúde e do serviço social da universidade.

A computação dos dados será feita em computador de médio porte (B6900 da BURROUGHS) e a estrutura de dados será a mesma utilizada pela USP. Dados secundários, tais como "mailing list" ou lista bibliográfica, por exemplo, serão implementados em um microcomputador compatível com o APPLE II, usando a estrutura do DBASE II; manipulações de dados no micro serão realizadas por um compilador de linguagem PASCAL.

Manipulações estatísticas serão realizadas através do programa SPSS, pacote estatístico de emprego em análise de dados em ciências sociais, implementado no B6900 da USP.

3.1.1. Considerações sobre fontes de dados

Num primeiro momento, podemos listar as seguintes fontes de dados:

- a) FUVEST - Através da análise dos resultados obtidos com questionários aplicados em vestibulandos, a partir do ano de 1977, poderemos traçar um perfil do ingressante na

universidade. Esse perfil nos daria, por exemplo, a idade média do ingressante na USP e sua distribuição por condição sócio-econômica.

- b) **FACULDADE E INSTITUTOS** – A análise dos arquivos de suas seções de alunos e/ou comissões de graduação e pós-graduação permite traçar um perfil inicial sobre evasão escolar, desempenho acadêmico e interesse do estudante. Também é possível obter pesquisas ou enquetes sobre questões estudantis específicas de cada unidade universitária.
- c) **ARQUIVOS DA SECRETARIA GERAL E COSEAS** – Serão fundamentais na estruturação do banco de dados. Um por dispor de uma ficha básica de cadastro do aluno e um banco de dados atualizados, outro por dispor de informações sobre os serviços de saúde e sociais da USP.
- d) **ARQUIVOS DO CEPEUSP E CODAC** – Permitem uma melhor compreensão de como a USP trata a questão do lazer, da cultura, do esporte, e como os estudantes compreendem tais questões. Além disso a CODAC poderá fornecer dados sobre estudantes estrangeiros conveniados.
- e) **ARQUIVOS DO H.U. E DO H.C.*** – O H.U. poderá fornecer dados relativos aos prontuários dos alunos usuários e o H.C., através de seu departamento de medicina preventiva, poderá fornecer dados sobre métodos de trabalho e pesquisas anteriores correlatadas. Permitirão uma análise crítica do antigo PLUS (Plano Universitário de Saúde) e da atual estrutura de atendimento de saúde da universidade.
- f) **ARQUIVOS DOS CÊNTRIOS ACADÊMICOS** – Numa perspectiva mais política, é importante analisar como as entidades representativas dos estudantes se relacionam com o espaço político, social e cultural da USP e como seus representados percebem essa relação. Cabe mencionar que o uso de tais fontes será difícil, talvez impossível, devido à extrema desorganização dos arquivos da maioria dos C.As.

3.1.2. Considerações sobre a população e amostragem

A população que nos propomos estudar está toda, ou pelo menos em grande parte, cadastrada. É bem definida (dentro dos limites que a própria USP estabelece) em número; a distribuição de seus indivíduos por cursos ou por áreas de conhecimento está estabelecida. Portanto, a população se presta a qualquer tipo de amostragem probabilística.

A articulação das partes que tratam de nível de saúde e modo de vida exigirá entrevistas abertas com estudantes, talvez exames médicos e laboratoriais. Portanto, neste caso, devemos restringir as subamostras, para facilitar rotinas de trabalho, compatibilizar custos e minimizar prazos.

Já a articulação com a parte da pesquisa sobre situação sócio-econômica requer uma entrevista fechada, uma análise quantitativa, não exigindo uma amostra muito limitada.

* H.U. – Hospital Universitário da USP.

H.C. – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

Conhecendo as características da população, como o número total de alunos, sua distribuição por área de conhecimento e curso, sexo, idade etc., podemos obter um certo número arbitrário de classes estatísticas e, através de sua distribuição no universo considerado, parametrizar uma amostra, considerando, é claro, que quaisquer que sejam as classes, sua distribuição na amostra e na população é bem determinada e obedece a uma relação conhecida.

Estimando a população estudantil da USP em 40.000 alunos, avaliamos a amostra em cerca de 2,5% deste número, ou seja, cerca de 1.000 alunos, para que todas as unidades universitárias estejam representadas.

Serão ainda estabelecidos critérios de seleção de indivíduos, na abordagem sócio-econômica, de modo a estruturar subamostras para as partes de nível de saúde e modo de vida. Esclarecendo: a aplicação de uma entrevista "qualitativa" (as aspas são usadas por falta de termos mais adequados) será precedida da aplicação de uma entrevista "quantitativa", que fornecerá subsídios para a seleção de indivíduos à entrevista qualitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) ALBUQUERQUE, J.A.G. *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- (2) BAUDRILLARD, J. Significação da publicidade. In: ADORNO, T.W. et alii. *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- (3) Id. *ibid.* p. 276.
- (4) BELTRÃO, R.A. Um esconderijo dos movimentos estudantis. *Desvios*, São Paulo, (4):76-91, jul. 1985.
- (5) Id. *ibid.* p. 90.
- (6) BENJAMIN, W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Ática, 1985.
- (7) BORDIEU, P. *Les heritiers*. s.d.
- (8) BORDIEU, P. & PASSERON, . *Os estudantes e a cultura*. s.d.
- (9) CANTILLANO, E.M.C. Análise crítica da conceituação predominante sobre a atuação médica primária. In: – NUNES, E.D. *Medicina Social: aspectos históricos e teóricos*. São Paulo: Global, 1983. p. 188-189.
- (10) DANON-BOILEAU, H. *Les études de l'échec*. Paris: Payot, 1984.
- (11) FERNANDES, F. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- (12) Id. *ibid.* p. 85.
- (13) FERREIRA, M.V. Movimentos e movimentações estudantis na USP. *Desvios*, São Paulo, (4):72-75, jul. 1985.
- (14) FORACCHI, M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. s.l.p.: Nacional, 1965.

- (15) FRIEDMAN, G. L'école parallèle. *Le Monde*, Paris, jan. 1966. Apud PFROMM NETTO, S. *Comunicação de massa*. São Paulo: Pioneira, 1972. p. 49.
- (16) _____ A televisão vivida. In: *Linguagem da cultura de massas: televisão e canção*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- (17) FREUD, S. Vários tipos de carácter descubiertos en la labor psicoanalítica. _____ In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1948, v. 2.
- (18) FUVEST. *Relatório: Vestibulares de 1986*. São Paulo: FUVEST, 1986.
- (19) GOODMAN, P.A. *Growing up: problems of youth in organized society*. New York: Vintage Books, 1967.
- (20) HEIDEGGER, M. La chose. In: - *Essais et conférences*. Paris: Gallimard, 1958.
- (21) Id. *ibid.* p. 194-195.
- (22) JACOBS, P. & LANDAU, S. *The new radicals: Action politics in America today-the story on the groups that are making a social revolution*. Middlesex: Penguin Books, 1966.
- (23) LIPSET, S.M. *Student politics*. New York: Basic Books, 1967.
- (24) MARCUSE, H. A esquerda sob a contra-revolução. In: - *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- (25) MILLS, C.W. *White collar*. 2nd.ed. 1960.
- (26) MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. *Relatório final*. Brasília: MEC, 1985.
- (27) Id. *ibid.* p. 80.
- (28) MUNIZ SODRÉ. Cultura, indústria e pós-modernidade. *Tempo Brasileiro*, (68) jan./mar. 1982.
- (29) Id. *ibid.*
- (30) PAOLI, M.C. Os movimentos da Universidade e a reapropriação das políticas do Estado. *Desvios*, São Paulo, (3):77-80, 1984.
- (31) PAOLI, N. *Para repensar a Universidade e o Pós-Graduação*. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 1985.
- (32) Id. *ibid.* p. 17-18.
- (33) PARSONS, T. Youth in the context of american society. *Daedalus*, 1962.